

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

v. 1, n. 1, jan./jun. 1998



20356 Clas. PER
vo & Administração
.1



arquivo & administração

v. 1, n. 1

jan./jun. 1998

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
CARTA MISSIVA	7
Eliane Vasconcellos	
ARQUIVOS E INFORMAÇÃO: UMA PARCERIA PROMISSORA	15
Inaldo Barbosa Marinho Júnior e Junia Guimarães e Silva	
INFORMAÇÃO, ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	33
Maria Odila Fonseca	
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE DOCUMENTOS PARA OS SERVIÇOS PÚBLICOS FEDERAIS	45
Marilena Leite Paes	
A ADVOCACIA DOS CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA: UMA PERSPECTIVA NORTE-AMERICANA	59
Richard J. Cox	
EM BUSCA DA CONSCIÊNCIA DO QUE SOMOS: A IDENTIDADE NACIONAL ATRAVÉS DA CULTURA	71
Sérgio Conde de Albite Silva	

R. 20356

Copyright © 1998 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ - CEP 24220-000 Tel.: (021) 620-8080 ramais 200 e 353 - Telefax: (021) 620-8080 ramal 356

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Edição de texto : Damião Nascimento

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Rosalvo Pereira Rosa

Capa: Felipe Teles da Cunha

Revisão: Damião Nascimento e Rita Godoy

Supervisão gráfica: Káthia M. Pimenta Macedo

Coordenação editorial: Damião Nascimento

Catálogo-na-fonte

Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros - Ano 1, n. 0 (1972) -

Rio de Janeiro : AAB, 1972 -

v. : 23cm.

Anual

Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros

1. Arquivo - Periódicos. 2. Administração - Periódicos. I. Associação dos Arquivistas

Brasileiros

CDD 025.171

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: *Luiz Pedro Antunes*

Vice-Reitor: *Fabiano da Costa Carvalho*

Diretora da EdUFF: *Eliana da Silva e Souza*

Comissão Editorial:

Adonia Antunes Prado

Anamaria da Costa Cruz

Gilda Helena Rocha Batista

Heraldo Silva da Costa Mattos

Ivan Ramalho de Almeida

Maria Guadalupe C. Piragibe da Fonseca

Roberto Kant de Lima

Roberto dos Santos Almeida

Vera Lucia dos Reis

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Biênio 1997 - 1999

Diretoria

Presidente: *Mariza Bottino*

Vice-Presidente: *Laura Regina Xavier*

1ª Secretária: *Tânia Maria de Souza Pimenta*

2ª Secretária: *Eliana Balbina Flora Sales*

1ª Tesoureira: *Maria Celina Soares de Mello e Silva*

2º Tesoureiro: *Sérgio Duayer Hosken*

Conselho Editorial:

Mariza Bottino (Presidente)

Anamaria da Costa Cruz

Eliana Rezende Furtado de Mendonça

Fernando Antônio Pires Alves

Gilda Maria Braga

Maria Izabel de Oliveira

Maria T. W. Tavares da Costa Fontoura

Marilena Leite Paes

Rosali Fernandez de Souza

EDITORIAL

Com o lema "cooperação e parceria", a diretoria eleita para o biênio 1997-1999 iniciou sua jornada tendo à frente muitos desafios, dentre os quais reeditar *Arquivo & Administração*, que durante mais de uma década, desde a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), marcou presença no cenário arquivístico nacional e cuja publicação, por questões de ordem financeira, foi paralisada no ano de 1994, com o v. 23.

Através de parceria com a Editora da Universidade Federal Fluminense (EdUFF), a AAB está retomando a edição da revista *Arquivo & Administração*, seu veículo oficial de divulgação de experiências e reflexões sobre a Arquivologia, tanto em nível nacional quanto internacional, atendendo aos anseios e as demandas de informação especializada por parte da comunidade arquivística brasileira.

Quero manifestar um agradecimento especial à Profª Eliana da Silva e Souza, diretora da EdUFF, que contribuiu para que este desafio fosse superado, bem como a todos os colegas que colaboraram.

Saudações arquivísticas,

Mariza Bottino

Presidente da AAB

ARQUIVOS E INFORMAÇÃO: UMA PARCERIA PROMISSORA

Inaldo Barbosa Marinho Júnior
Junia Guimarães e Silva

Resumo

Os autores introduzem o conceito de *Informação Arquivística* para a abordagem de questões relativas à transferência de informação em arquivos. Enfatizam a importância desse conceito como elemento articulador de valores e referências culturais de uma comunidade, assim como seu papel relevante na preservação do patrimônio documental e da memória coletiva. Utilizam o referido conceito para a construção de significados entre a tríade técnicos-documentos-usuários, sob um enfoque intercontextual.

Palavras-chave: informação; informação arquivística; arquivos; arquivística; transferência de informação; patrimônio documental; memória coletiva.

Introdução

Este artigo é o produto de uma série de inquietações e questionamentos desenvolvidos durante nossas vidas profissionais e melhor sistematizados a partir do instrumental teórico-metodológico oferecido pelo Curso de Mestrado em Ciência da Informação, no qual ingressamos em 1995.

Do contexto profissional trouxemos vivências da Delegacia do Ministério da Educação e do Desporto no Estado do Rio de Janeiro (DEMEC/RJ) e do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Percebe-se, assim, que tanto no aspecto teórico-metodológico quanto na prática profissional, fazemos uso da interdisciplinaridade para lidar com a realidade que nos cerca.

Em face da vastidão e da complexidade do assunto, pretendemos estabelecer algumas premissas básicas neste estudo, que permitirão situar no tempo e no espaço um dos nossos objetos de análise: *a relação entre os arquivos e a informação, como um elemento de viabilização não só da preservação da memória documental, como também da garantia do exercício da cidadania*. Esse objeto abarca, dentre tantos outros, os conceitos de informação, informação arquivística, memória, cidadania, patrimônio, documento e arquivo.

No item 1 abordaremos, sumariamente, conceitos como *cidadania*, *memória* e *patrimônio*, destacando a relevância das ligações entre os três conceitos.

Um panorama mais amplo será traçado no item 2, onde buscamos demonstrar a importância de observar, criticamente, como uma determinada visão de mundo serviu de base para a formação e o desenvolvimento de sociedades capitalistas ocidentais condicionando, por conseguinte, a geração, o uso e a guarda dos documentos por elas produzidos. É evidente que o modelo de pensamento que dominou, e ainda domina, em grande parte o nosso mundo configurou e delimitou também a formação de nossas instituições de memória, que abrigam esses registros documentais, determinando, com isso, o tipo de relação entre o público, a sociedade e aquelas entidades. No item 3, trataremos da ligação entre a Informação e Documentos de arquivo, definindo os termos necessários e associando-os entre si. É um fator essencial à compreensão do quadro referencial teórico com o qual trabalhamos.

A função social da informação arquivística é analisada no item 4, incluindo-se os envolvimento no tocante à *Transferência da Informação* em arquivos, enfocada sob um ângulo não-tradicional. O item 5 é um complemento do anterior, apresentando uma visão alternativa à questão arquivos e público.

No item 6, são feitas algumas considerações finais sobre a temática em questão elaboradas a partir das ferramentas teóricas explicitadas no decorrer deste estudo.

1 Cidadania, memória e patrimônio: (re) visitando alguns conceitos

Ao abordarmos a preservação do patrimônio documental, é preciso tratarmos de temas aparentemente ainda isolados: *informação*, *cidadania*, *memória* e *patrimônio*.

Como exercer a condição de cidadão sem a posse de informações? Como estabelecer ligações entre saberes sem o exercício pleno do senso crítico e sem a possibilidade de reflexão? Como nos relacionarmos sob novas condições com os poderes (executivo, legislativo e judiciário) sem o acesso às informações existentes? Como participar das decisões sobre mudanças em nosso espaço próximo (a cidade) sem o suporte dos acervos documentais acumulados nos diversos arquivos – centros de documentação – centros de memória espalhados pelo país? Como empreender uma nova relação com o tempo sem referências com a realidade contemporânea? Qualquer que seja o objetivo da busca de informações, para que estas venham a ser usadas, é preciso que elas estejam disponíveis e que sejam de fácil acesso.

Por outro lado, é necessário que as instituições arquivísticas (patrimônio documental + direitos dos cidadãos + informação) estejam atentas e preparadas para atender à multiplicidade das demandas individuais e das comunidades onde estejam inseridas, de forma a possibilitar a democratização dos dados contidos em seus acervos. Lembremos ainda que atender a demandas variadas, mais do que contar com milhares de instrumentos de acesso aos acervos, implica primeiro *saber ouvir* para, em seguida, estabelecer a ponte entre usuários e documentos (decodificando os códigos de linguagem dos diferentes usuários e compatibilizando-os com os padrões de descrição adotados pela entidade).

Os arquivos públicos só poderão assegurar os direitos dos cidadãos presentes nos documentos públicos, se os próprios cidadãos despertarem para o fato de que informações sobre suas vidas estarão irremediavelmente comprometidas, se este *patrimônio* documental não for preservado. Compete também a eles (juntamente com as equipes de profissionais da área) pressionar a administração pública, para que esta atue e assumam de modo eficaz, a parcela que lhe cabe na tarefa de proteger e gerenciar este patrimônio.

2 A constituição do patrimônio cultural: o direito à memória

Todo agrupamento social se constitui e se desenvolve a partir das formas de ocupação do território e das práticas sociais vividas por seus membros. No traçado dos caminhos, nas praças,

casas e monumentos, na forma como vão se apropriando os ambientes naturais e a paisagem, e também nas manifestações artísticas e religiosas, nos usos e nas formas específicas de trabalho, é que se vão sedimentando os valores de sua identidade social. Esses valores compõem o patrimônio cultural do grupo. A sua preservação e o resguardo de sua memória são fundamentais para que, em sua evolução, e a partir de sua própria identidade, novas formas de relações sociais venham a ser estabelecidas e novos valores conquistados. O progresso implica no aproveitamento das experiências já realizadas e a conscientização dos valores já alcançados. As descontinuidades, neste processo, podem ser desastrosas, como acontece com as cidades modernizadas, a partir da ruptura provocada pela industrialização. Em meio ao drama social causado pela urbanização, peculiar à era industrial e aos tempos em que vivemos, as estruturas das cidades se desorganizam, seus núcleos originais se deterioram, quando não são destruídas, seus valores e sua memória se apagam (CAMPELLO, 1994, p. 11).

Para manter a qualidade de vida, é necessário estabelecer a continuidade entre os valores antigos e os novos, em formação. A preservação dos símbolos materiais (como documentos, imóveis e espaços públicos da cidade, seus valores artísticos e culturais) é essencial para o aprofundamento e a manutenção dos elos que ligam passado e presente.

A memória pode ser compreendida e experimentada como um esforço que age contra a corrente. Pode despertar a dignidade e o ânimo contra a humilhação. Pode buscar valores e qualidades nas pessoas e nas coisas. Pode devolver a relação profunda com a experiência humana (GONÇALVES FILHO, p. 21).

Pensar sobre o que significa, por exemplo, trabalhar com a *memória* de uma cidade, onde a história conta muito pouco para situar as identidades e os parâmetros do presente, permeia qualquer estudo ou análise sobre instituições que atuam neste setor. É preciso compreender que, não sendo um valor cultivado e considerado fundamental, a história desta comunidade não se formula de modo significativo e não forma referências que orientem as escolhas coletivas. Assim, tornar-se-ia bastante difícil entender os tempos através dos quais este grupo percorre e os espaços instáveis nos quais se localiza (instáveis porque tudo aquilo que neles foi investido parece ser destruído a cada momento, ocasionando a perda de referências físicas).

A reflexão política também falta a esta sociedade em crise, porque não dispõe de meios para distinguir e julgar as suas experiências coletivas. O olhar e as vivências individuais apresentam-se como a única realidade possível, formados sem uma discussão coletiva e globalizante. Se o saber não estiver baseado na participação de todos em questões de interesse coletivo e público, qual o seu significado no processo de desenvolvimento da sociedade? Questões como essa ficam sem resposta se não houver uma memória na qual possamos nos apoiar, para respondê-las.

É importante que avaliemos a nossa própria alienação, frente à produção e à guarda de nossa memória documental, para que possamos entender por que o poder dominante nos convence tão facilmente da ausência de ligações com o passado (com a nossa história) em nossa vida cotidiana, além de provocar a desorganização da memória coletiva como base para o pensar e o agir. A materialização da memória coletiva, sob a forma de registros documentais, consolida as garantias individuais/coletivas como instrumento básico do cidadão contra o poder avassalador da administração pública.

À medida que o Estado moderno evoluiu para garantir os direitos individuais e coletivos, a organização da documentação pública transformou-se no pré-requisito da viabilização do acesso do cidadão à autoridade pública. O Estado desorganizado, e sem base documental, permite a extrapolação dos poderes do governante e favorece os instrumentos absolutistas e personalizados, inviabilizando as garantias individuais (ACERVO, p. 20).

Estes são alguns dos conflitos que envolvem a memória registrada e que são importantes para a compreensão do que envolve a tarefa de preservar o nosso patrimônio documental e a nossa memória coletiva. No próximo item analisaremos, mais detidamente, o contexto onde essa memória documental é produzida.

3 O patrimônio documental em um contexto globalizado

A contemporaneidade traz, a cada dia, sinais de que o esquema cartesiano e mecanicista vigente, que prima pela compartimentalização dos saberes, não mais atende às demandas da sociedade. As sociedades capitalistas ocidentais desenvolveram-se, de um modo geral, de forma fragmentada, chegando a uma crise sem precedentes. Crise essa que deriva do fato de estarmos tentando aplicar os conceitos de uma visão de mundo obsoleta – mecanicista – a uma realidade que já não pode ser entendida em função desses conceitos. Vivemos hoje em um mundo que caminha, a passos largos, para a interligação global entre seus habitantes, no qual os fenômenos biológicos, psicológicos, sociais, informacionais e ambientais são todos interdependentes. Para descrever esse mundo apropriadamente, precisamos de uma perspectiva mais ecológica e contextualizada, que a visão de mundo tradicional, cartesiana, não nos oferece. É necessário um novo modelo, ou seja, um novo conjunto de crenças, visões de mundo e formas de trabalhar que sejam reconhecidos e aceitos por todos. Dessa forma, faz-se vital uma modificação profunda de nossas percepções, valores e pensamentos, em direção a uma concepção mais holística da realidade.

Muitos são os indícios dessa tendência, iniciada nos anos 60 e 70, com o surgimento de movimentos sociais, que evidenciavam aspectos diferentes dessa nova visão de mundo, e que hoje representam uma grande força de mudança social. Esses movimentos podem ser vistos como ações coordenadas, que vão munir os indivíduos (sujeitos e agentes de mudança), de ferramentas cognitivas, de forma a promover novas atitudes, novas linhas de ação, com o desenvolvimento e a utilização do senso crítico, para a promoção de ações comunicativas. Para alcançar um estado de equilíbrio dinâmico, será preciso uma estrutura social e econômica radicalmente diferente, uma revolução cultural, visando restabelecer as relações com as coisas do mundo, com a natureza, e os esses que foram perdidos com a Revolução Industrial. É também necessário proceder a uma mudança de perspectiva, de sujeito individual para sujeito coletivo, do pensamento restrito para o global, como forma de alterar a situação que hoje vivemos.

Utilizar outros conceitos e idéias é, de certa maneira, aproveitar de forma construtiva o colapso que se verifica em todos os nossos sistemas e ressalta a importância de (re)elaborarmos e (re)contextualizarmos tudo o que está envolvido na produção da memória, não só os seus principais procedimentos, como também o espaço social onde estas tarefas são realizadas.

4 Documentos x Informação: uma relação pouco estudada

Explosão informacional, sociedade da informação, informação para os cidadãos, palavras e expressões usadas por todos, sem exceção, especialmente hoje. Afinal de contas, que ser misterioso e onipresente é esse? E o que ele tem a ver com os arquivos? Vamos começar pelo nosso principal objeto de interesse, *os arquivos*, recordando certos conceitos básicos para a nossa reflexão.

4.1 Arquivo: definições e categorias

Saber o que é um arquivo e suas diferentes categorias é o primeiro passo para o entendimento do universo que se esconde por trás desta palavra. Para esse fim, selecionamos algumas definições adotadas AAB e as relacionamos a seguir:

a) *arquivo* – “(...) conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por processo de acumulação ao longo das atividades físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, e conservadas em decorrência do seu valor” (p. 5).

b) *documento* – A definição do que seja *documento* é essencial para compreendermos a substância com a qual lidam os arquivos, e que vem a se constituir na memória coletiva de uma cidade, um estado ou um país. *Documento* é uma “(...) unidade constituída pela informação e seu suporte” (ACERVO, 1990, p. 28)

c) *documento de arquivo* – (...) é aquele que, produzido ou recebido por uma instituição pública ou privada no exercício de suas atividades, constitui elemento de prova ou informação” (BRASIL, 1991, p. 455).

4.2 Informação: um outro olhar sobre os arquivos

A fim de melhor delinear o papel dos arquivos e a sua relação com a informação, é importante definir esta última. Para uma melhor compreensão do termo, utilizamos duas definições que se complementam. Assim, *informação* pode ser

(...) o fenômeno cooperativo que forma ou transforma uma representação mental, ou seja, qualquer processo cuja ocorrência exige uma interação comunicativa e sincrônica de sistemas/elementos, cujas atuações se adicionam para levar a um resultado final – que pode ser a formação ou a alteração de uma representação mental (GUIMARÃES E SILVA, 1996, p. 24).

ou ainda

(...) um fenômeno cooperativo de caráter subjetivo, isto é, qualquer processo cuja ocorrência exija a interação simultânea e sincrônica de vários outros processos (químicos, biológicos, físicos etc.) cujas atuações percebidas pelos sentidos humanos (audição, tato, visão e olfato) se adicionem para levar a um resultado final aleatório, ou seja, a mensagem pode ou não levar a uma alteração da estrutura cognitiva. O que existe é uma possibilidade de alteração, um potencial de alteração. Caso ocorra essa alteração, a mensagem se transformará em informação (MARINHO JÚNIOR, 1996, p. 20).

É possível afirmar que a informação é o resultado de uma atividade fragmentada, da atuação de vários sistemas cerebrais distribuídos espacialmente e em diferentes níveis, que se associam em um dado momento, transformando-se em imagens/representações, que cada um de nós vivencia como experiência própria. As citadas definições irão proporcionar um melhor entendimento da informação produzida em um arquivo, uma vez que o *locus* deste artigo é a Instituição Arquivística.

Com a intenção de facilitar a visualização do fluxo de informação em um organismo arquivístico, reproduzimos na Fig. 1 os vários caminhos que uma informação percorre até chegar à sua destinação final.

É possível distinguir *dois tipos de informação* principais em um arquivo público: o formal e o informal ou verbal. O primeiro privilegia o *Instrumento de Descrição*, que se constitui na representação das informações extraídas do conteúdo dos documentos, e que funciona como o único meio de acesso aos originais. Todos os demais produtos ou serviços desenvolvidos quer pelo órgão, quer pelo público, têm no Instrumento de Descrição o seu ponto de partida. Ele é uma das peças principais das ações de informação, devido à conotação de ponte entre usuário e acervo, a equipe e acervo, a equipe e usuário e os três ao mesmo tempo. Dessa forma, ele serve como um dos elementos de ligação entre a tríade *técnicos-documentos-usuários*.

O segundo tipo de informação é o *verbal* ou *informal*. Num arquivo público poderíamos dividi-lo em *três categorias*:

a) *informação usada para suporte de programas culturais* – voltados para atingir um público mais amplo, abordando temas diversos, sob a forma de seminários, cursos, palestras e debates etc.;

b) *informação usada para a comunicação entre pares* – visando atingir segmentos profissionais específicos e especializados, com conteúdo mais profundo sobre um certo tema. Apresenta formatos similares aos anteriores; e

c) *informação usada e recebida na comunicação com o público* – modalidades de troca de informação com o público, desde a recepção do usuário em um arquivo até a consulta propriamente dita, incluindo a participação de servidores em geral e técnicos.

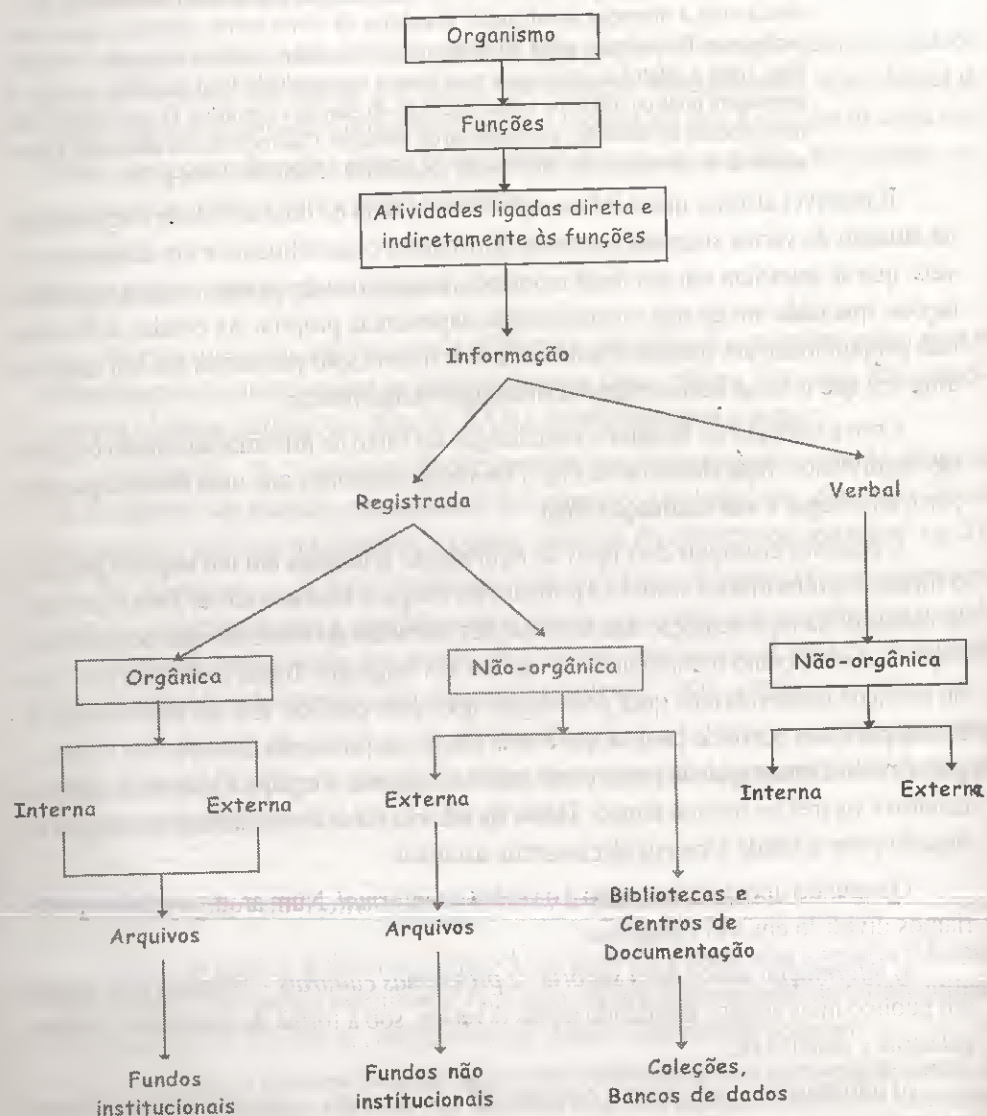


Figura 1

Fluxo da informação em um organismo arquivístico

Fonte: COUTURE, C. R., DUCHARME, J., ROUSSEAU, J. *L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité?* Argus, v. 17, n. 2, 1988.

São provenientes desta interação a maioria das demandas dos usuários que, ao lado dos Instrumentos de Descrição, exercem um papel primordial na condução das atividades e na orientação das políticas de informação de qualquer arquivo público. Podemos observar mais detidamente estas categorias a partir da Figura 2.

No próximo item trataremos da função social da informação arquivística que, no mundo contemporâneo, pode reforçar os laços entre os indivíduos e os produtos de sua memória documental coletiva.

5 A função social da informação arquivística

Em um arquivo público, podemos dizer que há uma função social a ser cumprida, em três direções:

a) garantir o pleno acesso aos documentos e, por extensão, às informações neles contidas, seja para fins de pesquisa acadêmica, seja para fins de comprovação de direitos;

b) exercer, em nome da comunidade e da administração, a guarda e respectiva proteção da memória coletiva daquela população; e

c) elaborar tantos instrumentos de pesquisa quantos forem necessários para, por um lado, garantir uma maior vida útil dos documentos (através da redução do contato com os mesmos) e, por outro, facilitar a pesquisa por parte dos usuários-criando, sempre que possível, um vocabulário que atenda às especificidades destes clientes.

Até bem pouco tempo, não havia qualquer perspectiva social inserida nas finalidades dos arquivos públicos. Estes eram vistos no Brasil (e ainda são) como arquivos históricos, cujo uso estava restrito a alguns interessados ou curiosos, a estudiosos e, principalmente, aos profissionais da área de História. A população em geral permanecia alheia ao seu destino ou existência, já que não havia laços fortes entre ela e essas entidades. É o que identificamos como falta de significado da instituição arquivística para a população em geral.

O distanciamento entre essas instituições e a população se deve, em parte, ao fato de que os valores e referências nelas guardados não foram considerados significativos pela própria comunidade que os produziu. Dificilmente registros descontextualizados terão condições de sobreviver, caso não seja restituído à comunidade o direito de participar da guarda e preservação de sua memória coletiva (como abordado no item 1).

Entretanto, uma ligação tênue foi mantida com os arquivos, através das informações usadas para a comprovação de direitos existentes em grande parte dos conjuntos

documentais. Este pode ser o elo para o reforço da ligação usuário-instituição. Recuperar a relação entre os arquivos e o seu contexto social é uma de nossas preocupações neste estudo, motivo pelo qual buscamos alternativas não-tradicionais para essa aproximação. A direção que vier a tomar a equipe de uma instituição arquivística para cumprir a função social que lhe cabe vai exigir ações específicas que permitam o pleno exercício das funções apresentadas no início deste item.

Antes mesmo de propor soluções pontuais ou definir percursos e ações específicas, consideramos essencial refletir sobre o que implicam essas metas. A fragmentação, característica do mundo moderno, impede muitas vezes que paremos para pensar sobre um aspecto ou outro, de modo mais global.

Vamos analisar o que significa "pleno acesso" aos documentos. Que indagações podemos fazer acerca dessa expressão? Que ações, atitudes e comportamentos estão implicados? A intenção é enfatizar que apenas a existência física de documentos e a aparente disponibilidade não configuram a garantia de um acesso pleno. Qualquer conotação negativa às questões formuladas pelo usuário, ou o não-entendimento da finalidade da pesquisa por parte da equipe de profissionais da informação, pode representar a criação de obstáculos ao acesso.

As distorções que verificamos enquanto usuários de serviços de informação podem ser usadas como guias de qualidade, em um processo de reformulação. A consciência de que alterações e mudanças são factíveis e reais pode contribuir para que a função de acesso venha a ser atingida. Todavia, não é uma tarefa apenas institucional, ela precisa de um apoio concreto que só pode ser fornecido pela comunidade, uma vez que um arquivo público preserva o que é de todos, o que é coletivo. Neste ponto, associa-se a segunda função a ser atingida, que é a preservação do patrimônio documental de uma comunidade. Dessa forma, o público passa a exercer o papel de agente do processo de Transferência da Informação.

Mais do que uma atividade meramente técnica, de oferecer as condições adequadas aos suportes, preservar a memória significa preservar valores e referências materiais e simbólicas de um conjunto de pessoas.

A sociedade, apesar de dispor de meios (*informação + valores + memória = identidade*) para distinguir e avaliar as suas experiências coletivas, não os utiliza como possibilidade de reflexão política, diminuindo, em decorrência disso, as chances de participação dos seus cidadãos. O apoio da memória e, por extensão, dos arquivos é fundamental para suprir tais deficiências.

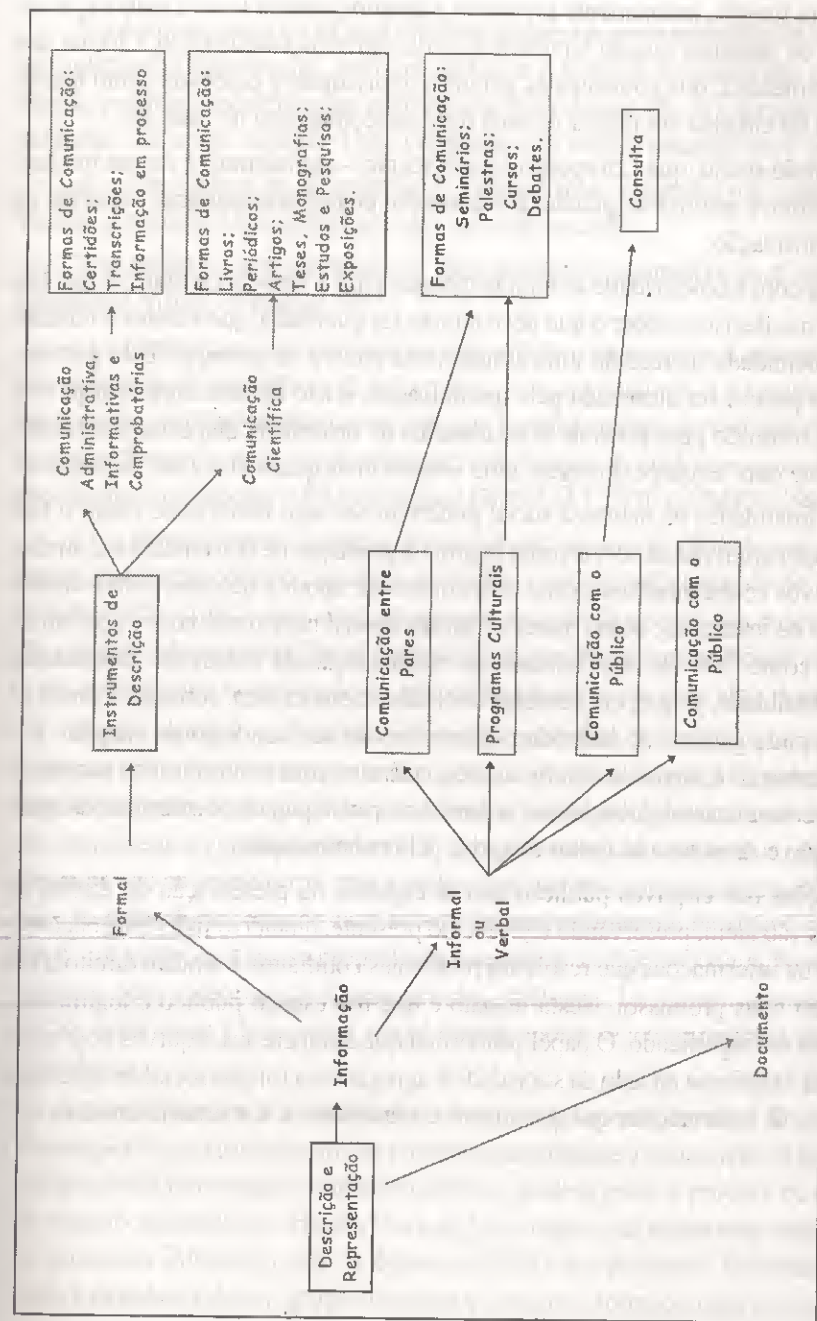


Figura 2
Tipos de Informação Arquivística

A terceira função, intimamente associada à anterior, aborda tanto a elaboração de instrumentos de pesquisa quanto a preservação da memória coletiva sob a forma dos registros documentais, que consolida as garantias individuais e coletivas como instrumento básico do cidadão em defesa de seus direitos (como visto no item 1).

A dimensão social, que extrapola o caráter técnico-administrativo dessas instituições, nem sempre é prioritária quando da elaboração de políticas públicas nas áreas de arquivos e informação.

Partilhar com a coletividade as tarefas mencionadas é reconhecer que ela tem um peso enorme nas decisões sobre o que deve ou não ser guardado, que valores e referências de sua identidade merecerão uma atitude mais efetiva de proteção. Esta partilha, entretanto, só poderá ser alcançada pela participação, e isto implica abrir o arquivo à comunidade, trazendo para perto de si os usuários da instituição dispostos a estabelecer, juntamente com a equipe do órgão, uma relação mais qualitativa com os arquivos.

Outras finalidades de natureza social poderiam ser aqui lembradas, como o fato de a informação arquivística servir como insumo à produção de bens materiais, simbólicos e de novos conhecimentos; como instrumento de apoio à decisão; como suporte para a defesa de interesses; como material informacional para o ensino e a aprendizagem; enfim, como fator de possibilidade de emancipação da cidadania. Destacamos esta última finalidade, já que, em qualquer sociedade democrática, somente a posse de informações pode garantir ao indivíduo o exercício de sua condição de cidadão. E o direito à informação é, segundo alguns autores, o direito-síntese dos direitos sociais. O direito de se comunicar engloba, assim, o direito de participar, de se informar, de receber informação e de acesso às fontes exigidas pela comunicação.

As funções dos arquivos públicos não se esgotam na preservação do direito ao passado, mas vão além, preservando o direito ao presente, quando o indivíduo encontra documentos ou informações que resolvam problemas cotidianos e ainda o direito a um cenário futuro mais promissor. Nesta relação é que um espaço público é legitimado, passando a ter um significado. O papel primordial que compete aos arquivos hoje e que justifica a sua existência ao lado da sociedade é agregar uma função social às ações que desenvolvem, às informações que produzem e transferem e à memória coletiva que preservam.

6 Repensando processos e admitindo a participação efetiva dos usuários

No decorrer deste texto, está presente a idéia de que o princípio da incerteza pode ser aplicável à informação, uma vez que esta é sensível às condições iniciais. Desta forma, pequenas modificações introduzidas em fases do fluxo informacional poderão acarretar alterações radicais. Uma vez aceita esta idéia e considerando que:

a) o uso efetivo da informação é probabilístico, imprevisível, especialmente no tocante à aceitação e à assimilação por parte do usuário;

b) o usuário é sempre único em suas demandas, competências e habilidades, experiências, visões de mundo etc.;

c) a transferência de informação não se refere unicamente à entrega da informação solicitada. Transferência da Informação é um conjunto de "(...) práticas e ações de informação, institucionalizadas ou não, que interferem entre a produção de um recurso de conhecimento e sua transferência em informação, gerando um novo estado de conhecimento no receptor" (BELKIN apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1990, p. 120);

d) os procedimentos técnicos apóiam-se em uma racionalidade que não acompanha as transformações do contexto no qual se inserem, necessitando de reavaliação e re-formulação. Adotar uma outra abordagem quando da revisão dos processos técnicos não implica a desorganização ou destruição de tais mecanismos. Afinal, inovar consiste em atribuir uma nova função ou encontrar um novo uso para algo já existente;

e) para agregar qualidade à informação ofertada, é preciso que as instituições forneçam ao usuário um espaço e condições propícias de interação, estabelecendo uma relação de alguém com alguém e não de alguém para alguém. Nas palavras de Goldman, que captou este significado tão bem: "(...) os outros homens se tornam, cada vez mais, não seres que eu vejo e ouço, mas aqueles com os quais ajo em comum. Não se situam mais do lado objeto, mas do lado sujeito do conhecimento e da ação." (1967, p. 21), esta é, em essência, a nossa proposta de integração usuário + instituição arquivística + trabalhos com a informação. Comunicação – diálogo – linguagem – interação e informação, constituem a base sobre a qual deverá apoiar-se a transferência da informação arquivística.

Levando em conta as definições mencionadas e entendendo a Transferência da Informação Arquivística como um processo que abrange a construção, o tratamento e a divulgação da informação, este novo enfoque poderá guiar a procura ou a criação de um modelo interativo de transferência de Informação que acrescente maior qualidade aos processos informacionais. A ênfase atribuída aos processos informacionais, bem como à existência de um grupo (técnicos e usuários) formado para a interação, traz à

tona para uma discussão coletiva às questões do *por que fazer e para quem fazer*. Voltamos a afirmar que os problemas na relação produtor-usuário não estão vinculados diretamente aos métodos ou técnicas de tratamento, recuperação e divulgação de informações, mas à aplicação desses instrumentos dissociados da realidade de cada instituição. Ao separarmos "(...) a técnica de seu conteúdo sociocultural, precisamos dar mais atenção ao fazer e ao saber que, por enquanto, foram entregues aos técnicos e outros especialistas, que compartilham de uma visão tecnicista das atividades" (THIOLLENT, p. 100).

Quanto ao papel da equipe da instituição neste processo, devemos começar pela mudança de foco do documento para a informação, deixando de considerá-lo como um fim em si mesmo. "Os profissionais da informação têm, historicamente, se concentrado na administração dos documentos, isto é, nos suportes da informação" (PAEZ URDANETA, 1991, p. 23). Para a Arquivologia e áreas complementares, como a Paleografia e a Diplomática, por exemplo, o suporte não se destina apenas a servir como veículo de uma mensagem, mas é, ele próprio, carregado de significados (históricos, econômicos, sociais, das circunstâncias de sua criação, de dados materiais concretos sobre a vida e o passado). Além disso, o suporte é o responsável pela estabilidade do conteúdo documental, ou seja, é quem garante a fixação de um instante no tempo.

Não queremos afirmar com isso que documentos não são importantes, pelo contrário. Queremos apenas tornar claro que, em se tratando da *informação*, é necessário desprendê-la do suporte, para integrá-la a outros tipos de informação que não o possuem (o suporte), como a *informação verbal*, o que aumentaria as possibilidades de interação, de circulação e de alcance/extensão. Nesta pesquisa, é atribuído grande valor às informações *não ancoradas nos suportes*, às mensagens, como meio de atingir uma ação comunicativa entre usuários e produtores. Saunders também recorre a essa *informação flutuante e flexível*, quando define que um bom profissional da informação, em nível prático, deve fazer: "(...) ajustes na subjetividade de cada situação, quando sua experiência, treino e compreensão capacitam-no a penetrar nas barreiras inconscientes de seus clientes, fazendo-os encontrar, com sucesso, a informação desejada" (apud MAIA, 1992, p. 44).

É impossível ignorar, hoje, que a discussão sobre os artefatos culturais, como um documento, por exemplo, não deve se apoiar em suas propriedades formais e externas, mas sim nos padrões de recepção e de uso desses artefatos, associados aos seus múltiplos contextos de produção e destinação.

7 Considerações finais

As reflexões a que fomos levados podem propiciar o entendimento da informação e da memória, como um direito de cidadania e sobre o sentido maior que está por trás da tarefa de guardar documentos.

Esperamos que outros também tenham a chance de compreender que, todo registro, qualquer que seja o seu suporte, expressa valores, experiências vividas, contradições, ambigüidades e significados (que lhe são atribuídos no momento de sua produção). Todo registro tem uma história, uma qualidade, que o distingue dos demais, tornando-o único e insubstituível, não desconsiderando, aqui, a organicidade inerente e necessária no trato dos documentos de arquivo.

Não poderíamos deixar de falar da comunicação, que tem como base as relações humanas, evidenciando que comunicação e sociabilidade estão reunidas e que, em certo modo, deram lugar ao que chamamos comunidade. As relações dos profissionais com uma comunidade se dão através da comunicação e da afetividade, porque estamos diante de indivíduos reais, não de idéias ou pontos de vista. Indivíduos que possuem história e destino, que trazem as marcas dos acontecimentos, que são contraditórios e concretos. Indivíduos que trazem a densidade da história pessoal.

O diálogo é, portanto, fundamental para que sejam construídos os laços entre a instituição arquivística e a comunidade, desde que haja troca e bilateralidade na comunicação, agregando e articulando interesses. O diálogo pode vir a permitir que seja refeita ou reforçada a ligação dos cidadãos com sua memória coletiva. Uma comunicação mais interativa e integrativa de nada vale sem o respeito e a compreensão do indivíduo em sua totalidade. Isso é trabalhar a informação como significado: do direito ao passado, do direito ao presente e do direito à participação.

Toda e qualquer ação é permeada pela informação e, para que venham a se transformar em ações concretas, será preciso reavaliar e reestruturar os nossos sistemas de geração, armazenagem e difusão dessas informações, sob a ótica da responsabilidade social, criando, assim, novas estruturas, desenhando uma nova arquitetura que venha a contemplar, de forma integrada e contextualizada, os diversos conceitos e definições apresentados neste estudo, possibilitando a criação de significado entre a tríade *técnicos-documentos-usuários*. Dessa forma, o estabelecimento de parcerias entre todos os agentes envolvidos poderá promover a preservação do patrimônio documental e da memória institucional.

Abstract

The authors introduce the *Archivistic Information* concept to approach questions related to the *Archives Information Transfer Process*. This is an importante concept not only to join together values and cultural references of any community, but also because it plays a relevant part towards the documental heritage preservation actions. The concept may create meanings between technicians, documents and users, according to an inter-context point of view.

Referências bibliográficas

- ACERVO : *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, v. 4., jul./dez. 1990.
- BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 9 jan. 1991. p. 454-456. Seção I.
- BEL MALLEEN, J. I. *El derecho a la información local*. Madrid : Imprenta FARESO. 1990.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade : lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz : EDUSP, 1987.
- CAMARGO, A M., BELLOTTO, H. L. (Org.). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. São Paulo : Associação dos Arquivistas Brasileiros; Núcleo Regional de São Paulo, 1996.
- CAMPELLO, G. O. Patrimônio e a cidade. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 abr. 1994. p.11.
- CARVALHO, Kátia de. Cidadania : direito à informação e à comunicação. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 100, jan./mar. 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Os trabalhos da memória*. São Paulo : USP, 1979.
- _____. Reflexos da cidadania. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo : Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.
- COUTURE, C., ROUSSEAU, J. Y. *Los archivos en el siglo XX*. Mexico : Archivo General de la Nación, 1982. 434 p.
- DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- DEMO, P. *Pesquisa e construção de conhecimento : metodologia científica no caminho de Habermas*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1994.
- DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória*. São Paulo : Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.
- GOLDMANN, L. *O que é sociologia?* São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1967.
- GONÇALVES FILHO, J. Moura. Memória e sociedade. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, 1992.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M. N. O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v.19, n. 2, p. 117-122, jul./dez. 1990.
- GUIMARÃES E SILVA, Junia Gomes da Costa. *Socialização da informação arquivística : a viabilidade do enfoque participativo na transferência de Informação*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.
- JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. *Acervo*, Rio de Janeiro v. 2, n. 2, jul./dez. 1987.
- JARDIM, J. M. FONSECA, M. O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. *Cadernos ABAD*, n. 2, p. 29-45, 1992.
- KONDER, L. A questão da cidadania na transição democrática. In: COVRE, M.L. (Org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- LAMOUNIER, Bolivar, FAORO, Raymundo. Cidadania : direitos e garantias individuais. In: ENCICLOPÉDIA MIRADOR. Rio de Janeiro : Enciclopédia Britannica do Brasil, 1986. v. 6.
- LE GOFF, Jacques. Memória e documento/monumento. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Memória/História. Porto : Casa da Moeda, [s. d.]. V.1.

MAIA, E. M. M. *O papel do profissional da informação no processo de comunicação científica informal dos pesquisadores do sistema EMBRAPA* : estudo de caso. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 1992.

MARINHO JÚNIOR, Inaldo Barbosa. *Socialização da Informação, ensino fundamental e Informática educativa* : uma proposta para a transferência da Informação no ambiente escolar. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, 1996.

PAEZ URDANETA, I. Que hablamos cuando hablamos de información. *Boletín INFOLAC*, Caracas, v. 4., n.1, p. 3-5, mar. 1991.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo : Nobel, 1987.

SAUNDERS, W. L. The nature of information science. *The Information Scientist*, v.8, no. 2, p. 57-70, jun. 1974.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa - ação*. 6. ed. São Paulo : Cortez, 1994.

WEIL, Simone. Apud BOSI, E. *Memória e sociedade* : lembrança de velhos. São Paulo : T.A. Queiroz : EDUSP, 1987.

ZEMAN, J. Significado filosófico da noção de informação. *O conceito de informação na ciência contemporânea*. Colóquios filosóficos internacionais de Royaumont. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1970. p. 154 - 179.

INFORMAÇÃO, ARQUIVOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS

Maria Odila Fonseca

Universidade Federal Fluminense/Dept. de Documentação

Resumo

As características da informação arquivística e do documento arquivístico. A evolução do conceito de arquivo. As instituições arquivísticas e sua evolução histórico-administrativa.

Palavra-chave: informação arquivística – instituição arquivística – arquivística – arquivologia.

A *informação* não tem sido considerada como objeto privilegiado da Arquivologia, aparecendo, na literatura clássica da área, como uma conseqüência do *documento de arquivo*, que, por sua vez, é visto como um elemento do *arquivo*: “Importa muito que não percamos de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia e *sua ordem* (grifo nosso): arquivos – documentos de arquivo – informação” (HEREDIA, 1993, p. 32).

Segundo o *Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística*, publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos, *arquivo* é

o conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades (1984, p. 25).

Tal definição pode ser considerada a síntese do pensamento dos principais fundadores do saber arquivístico a partir de meados do século XX, embora devam ser consideradas algumas nuances, especialmente no que se refere à inclusão explícita da característica de organicidade da acumulação arquivística. Assim, por exemplo, o *Manual de arquivologia* publicado pela Direção dos Arquivos de França, em conjunto com a Associação dos Arquivistas Franceses, afirma que os arquivos são:

o conjunto de documentos, de qualquer natureza, que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou jurídica, tenha automática e organicamente reunido, em razão mesmo de suas funções e atividades (1970, p. 23).

